

# O TRABALHO AUTÔNOMO NA ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Wilson F. Menezes<sup>1</sup>  
José Valmir Batista da Cruz<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho objetiva uma análise comparativa entre o trabalhador autônomo e o assalariado com e sem registro em carteira de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Para tanto, foram utilizadas as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego dessa região para o ano de 2005. Inicialmente foi feita uma análise da determinação dos rendimentos dos trabalhadores autônomos, com a utilização da regressão linear múltipla. Esse procedimento permitiu verificar um impacto positivo da escolaridade sobre os rendimentos do trabalhador autônomo; foi também observado que a média dos rendimentos é mais elevada para os autônomos que trabalham para empresas. Em seguida, foram estimadas, através de um modelo econométrico multinomial logístico, as probabilidades de o trabalhador por conta-própria vir a ser um trabalhador assalariado com ou sem registro em carteira.

## Palavras-chave

Trabalho autônomo; Informalidade; Mercado de Trabalho.

## ABSTRACT

This article aims to make a comparison between the self-employed worker and the waged worker with or without formal register in the Metropolitan Region of Salvador (MRS). For the purpose of this study, data from the Work and Unemployment Research of MRS of 2005 was used. First, it was been made an analysis of the income determination of self-worker, through the multiple linear regression. This procedure allowed verifying a positive impact of scholar degree on the incomes of this kind of worker. It was also been observed that the income average is much more elevated for the self-worker who work for enterprise. Then, it has been estimated, through a logistic multinomial econometrical model, the probability of a self-worker to become a wage-worker with or without a formal register.

## Key-words

Self-employment; Informality; Labor Market.

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA, Doutor pela Universidade de Paris I, com estágio de Pós-doutorado na Universidade de Paris XIII.

<sup>2</sup> Mestre pelo Curso de Mestrado em Economia da UFBA.

## 1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização e a reestruturação do sistema produtivo no plano mundial impuseram às economias novos paradigmas de caráter sócio-econômico. Isso tem imposto grandes transformações que levam a uma ampla remodelação da gestão dos processos produtivos, das formas de emprego e das técnicas de exploração da força de trabalho, proporcionando uma redução no nível de empregos, sobretudo nas grandes indústrias. Em decorrência desses acontecimentos, surgem novas atividades econômicas, outras tantas desaparecem ou são transformadas, contribuindo para que o mesmo aconteça com as categorias profissionais. Nesse contexto, destaca-se a categoria do trabalhador autônomo, cujas formas e especificidades não poderiam ficar imunes a todas essas transformações.

O trabalhador autônomo é, por um lado, um tipo de profissional contratado pelas empresas como prestadores de serviços, sem vínculo empregatício; e por outro, esse trabalhador dirige suas atividades diretamente voltadas ao público em geral. Nas duas condições, muitas vezes, tem-se apenas uma dissimulação para a não existência de um contrato de trabalho. Isso naturalmente resulta em uma redução de custos da mão-de-obra, tanto por parte de uma empresa quanto para o público em geral, já que, nessa circunstância, encargos previdenciários e trabalhistas são deixados de lado. Dentre as categorias de trabalhadores, o autônomo é aquele que desenvolve sua atividade com maior liberdade e independência. Ele pode decidir quem serão os contratantes de seus serviços, além de dispor de alguma independência no como, onde e quando prestará seus serviços, tendo até mesmo certa liberdade para formar seus preços de acordo as regras do mercado e a legislação vigente.

Em grande parte, o trabalho autônomo, quando contratado por uma firma, se apresenta de maneira terceirizada para prestação de serviços. Desde os anos 90, é notório que a produção industrial, aplicando o princípio “make-or-buy”, tem utilizado, cada vez mais, serviços externos, além de externalizar outros tantos. Por outro lado, o próprio setor de serviços tem se desenvolvido enormemente. No curso desse desenvolvimento, esse setor vem utilizando recursos organizacionais e rotinas de trabalho antes específicos dos processos industriais. O trabalho autônomo voltado ao público em geral, por sua vez, tem sido largamente utilizado, seja em decorrência de sua natureza, seja pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho na forma assalariada. Qual seja a forma, a consolidação do uso do trabalho autônomo tem sido acompanhada de uma promessa implícita de grandes ganhos financeiros, independência e maturidade profissional. Mas, não se pode esquecer que o volume crescente de trabalhadores autônomos pode também estar relacionado com a queda dos rendimentos dos assalariados vinculados ao setor formal da economia. Dessa forma, o trabalho autônomo é definido, de forma generalizada, como uma situação em que o trabalhador exerce a ocupação de modo independente, controla seu processo de produção, é proprietário do capital empregado na produção e recebe na forma de rendimento e não de salário.

Existe uma série de profissões que abrem espaços para esta modalidade de trabalho. Por um lado, têm-se os profissionais liberais pertencentes a áreas tais como medicina, direito, contabilidade, dentre outras; e por outro, tem-se o autônomo prestador de serviços, dono de si

mesmo, isento de qualquer subordinação à figura de um empregador e com relativa liberdade para executar o seu trabalho. Faz parte desse segmento de trabalho autônomo, os trabalhadores urbanos que desenvolvem suas atividades como prestadores de serviços a empresas ou mesmo como ambulantes, feirantes, donos de pequenos negócios etc.

No plano internacional, a presença de trabalhadores autônomos no mercado de trabalho constitui um fenômeno importante, muito embora diferenciado entre os espaços e regiões geográficas do globo. Nos EUA percebe-se uma forte tendência dos trabalhadores com idade superior a 50 anos tornarem-se autônomos. Essa tendência mostra-se em um quadro de elevada escolaridade e mais forte para os homens que para as mulheres. Os trabalhadores autônomos americanos são mais presentes na agricultura e construção civil e com participação relativa menos importante no setor de extração de carvão mineral, na indústria, no setor de transportes e nos serviços de utilidade pública. A cobertura do seguro saúde na proteção destes trabalhadores é praticamente inexistente, mesmo assim observa-se um alto índice de satisfação dessas pessoas em relação aos assalariados que têm algum tipo de proteção social. Isso pode ser explicado pelo fato de essas pessoas auferirem remunerações em média mais elevadas (Karoly; Zissimopoulos, 2003).

Os países que compõem a OCDE possuem os menores índices de trabalhadores autônomos alocados no mercado de trabalho, sendo que as exceções ficam por conta do Reino Unido e a Nova Zelândia. Tal como nos EUA, nos países da OCDE existe forte tendência em absorver mais mão-de-obra autônoma do sexo masculino. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de essa mão-de-obra se enquadrar preferencialmente em faixa etária mais avançada, quando as mulheres preferem se dedicar mais aos afazeres domésticos. Por outro lado, os países que fazem parte da OCDE mostram evidências sobre o comportamento emocional do trabalhador autônomo, no que se refere ao esforço e estresse enfrentados, principalmente quando administram pessoas que trabalham para eles. Dessa forma, o trabalhador autônomo, por ser responsável pelo próprio trabalho, apresenta mais frequentemente problemas de insônia, devido a aborrecimentos causados no desempenho de suas atividades. Costumam reclamar do tempo insuficiente disponibilizado a família, do nível de pressão dos seus empregos e da falta de tempo para o lazer; mas mesmo assim apresentam níveis mais elevados de satisfação, quando comparados aos trabalhadores remunerados por salário. A probabilidade de um indivíduo tornar-se trabalhador autônomo depende de algumas condições, tal como o recebimento de uma herança ou indenização de qualquer natureza (Blanchflower, 2004).

Em alguns países europeus, os índices que quantificam os trabalhadores autônomos sofrem variações em função das dificuldades de obtenção de uma medida padrão capaz de agregá-los de forma relativamente homogênea, em decorrência da ausência relativa de informações confiáveis para determiná-los. A presença de trabalho autônomo é mais freqüente na Alemanha, Finlândia, Portugal, Noruega, e Suécia; enquanto que nos países mais pobres da OCDE, tal como Grécia, Turquia, México, Coréia e Portugal, os índices de mão-de-obra autônoma são mais elevados. Nesses últimos países, a agricultura é, sem dúvida, o setor que mais absorve o trabalho autônomo. Observações, para o período entre 1956 e 2002, apontam para a

maioria dos 30 países que compõem a OCDE um declínio do auto-emprego, exceções aparecem na República Checa e no Reino Unido (Blanchflower, 2004).

É interessante salientar que um aumento na proporção da força de trabalho autônoma não necessariamente produz efeitos macroeconômicos positivos, ou seja, um incremento no quantitativo desses trabalhadores não necessariamente é a melhor opção para a economia. “There is a good deal of evidence that the trend in self-employment is downward in many OECD countries. Evidence from a series of GDP growth equations presented in Blanchflower (2000) did not suggest that the self-employment rate increased the real growth rate of the economy; in fact there was even evidence of the opposite. I have seen no convincing evidence of any kind in the literature that either increasing the proportion of the workforce that is self-employed, or having a high level of self-employment produces any positive macroeconomic benefits. Such evidence that does exist suggests quite the reverse. “More is not better” (Blanchflower, 2004, p.11).

Não obstante, os governantes de muitos desses países, no intuito de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, desenvolvem políticas públicas de incentivos e assistência aos pequenos negócios com a finalidade de gerar emprego e renda. Muitos países, tais como Reino Unido e Estados Unidos, adotam programas de governo que incentivam a abertura de pequenos negócios, mediante concessão de empréstimos; outros países, tal como a Austrália e a França, desenvolvem pagamentos de transferências, durante uma fase de ocupação, na tentativa de direcionar muitos assalariados para que venham a constituir pequenos negócios.

Segundo Bryson e White (1997), a existência de uma parcela da força de trabalho que se ocupa por conta-própria está muito relacionada com a natureza da oferta de trabalho em termos do “capital humano” dos trabalhadores. Capital humano esse que é proveniente de características inatas do indivíduo ou resulta do próprio processo de escolaridade formal e informal das pessoas. Um comportamento comum decorrente da aquisição de capital humano, é que ele costuma aumentar, ou no mínimo manter, o valor de mercado do trabalho, bem como o número de oportunidades de trabalho para quem o adquire.

No Brasil, o conceito de trabalhador autônomo, ou por conta-própria, pode incluir algumas categorias de trabalhadores que possuem características diferenciadas quanto ao grau de autonomia sobre a decisão do processo de trabalho. Isso naturalmente decorre do objetivo em termos de geração e apropriação de um excedente de produção, ou mesmo pelo fato de esse tipo de trabalhador dispor da propriedade dos meios de produção. Assim, alguns trabalhadores autônomos fornecem sua força de trabalho a empresas, de maneira esporádica ou contínua, sem que isso caracterize um vínculo trabalhista legalizado; ou mesmo sem que isso deixe de subordinar essas pessoas ao processo de trabalho estipulado pela empresa (Kon, 2002).

Um profissional autônomo é, portanto, aquele que trabalha por conta-própria mediante uma remuneração, sem que isso caracterize um empregado. Isso naturalmente permite uma grande flexibilidade no cumprimento de uma jornada de trabalho, além de incorrer com todos os riscos inerentes à sua atividade econômica. Por outro lado, a autonomia da prestação de serviços pode conferir uma posição de empregador em potencial a esse trabalhador, mesmo quando ele pode explorar, em proveito próprio, a própria força de trabalho (Maranhão; Carvalho, 1998, p.71-72). Essas características permitem estabelecer uma diferenciação entre um trabalhador autônomo

e um assalariado. Assim é que a forma de subordinação à relação de trabalho estabelece a diferença, uma vez que, o assalariado se subordina a uma relação de trabalho institucionalmente definida, enquanto o autônomo exerce suas atividades com maior independência.

Em relação ao contexto macroeconômico, percebe-se que a presença de trabalhadores autônomos na economia brasileira segue um padrão inverso quando comparado aos assalariados. Cardoso e Fernandes (2000) observaram que durante a recessão econômica, dos anos 80 e 90, a proporção relativa de trabalhadores formais declinou, tendo apresentado um comportamento inverso na etapa de recuperação econômica. No entanto, a participação relativa de trabalhadores autônomos na força de trabalho aumentou nos momentos de recessão e diminuiu com a expansão da atividade econômica. Apesar dessa relação inversa com respeito ao nível da atividade econômica, o quantitativo de autônomos não pára de crescer no Brasil, sobretudo após a recessão econômica dos anos 90. Esse fato corrobora a tese de Noorderhaven (1999), em que existe uma relação inversa entre o nível de recuperação econômica e a quantidade de trabalhadores autônomos no mercado de trabalho. Essa é uma das razões para que não se considere o trabalho autônomo apenas como produto de um período de crise a ser superado pela retomada do crescimento.

Este trabalho pretende estimar as probabilidades do trabalhador autônomo vir a tornar-se um assalariado com ou sem registro em carteira de trabalho. O ambiente de análise é a Região Metropolitana de Salvador, a base de informações estatísticas é a Pesquisa de Emprego e Desemprego dessa região, sendo o ano de 2005 o período analisado, de maneira que os resultados podem ser considerados como a média do período. Para alcançar esse objetivo, dividiu-se o trabalho em cinco partes, além dessa introdução. A segunda parte apresenta alguns atributos econômicos e não econômicos do trabalho autônomo, tentando com isso desenhar o perfil do trabalhador autônomo na RMS e, assim, tornar mais claro o objeto de análise. A terceira parte os determinantes dos rendimentos dos trabalhadores autônomos da RMS são analisados. Na quarta parte, um modelo multinomial logístico é apresentado, bem como as estimativas que permitem, a partir de alguns atributos econômicos e não econômicos, comparar, os trabalhadores autônomos com os assalariados com e sem registro em carteira de trabalho. Por fim, algumas conclusões são apresentadas.

## **2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHADOR AUTÔNOMO**

A estrutura de ocupação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador é marcada por fraca mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais. É relevante o componente de informalidade nesse mercado de trabalho. Dessa forma, é muito comum se encontrar, nesse mercado de trabalho, atividades precárias que se reproduzem a partir de processos de exclusão social. Uma avaliação dessa estrutura pode ser feita com a base PED-RMS. Para tanto, partiu-se inicialmente de um conjunto inicial de dados composto de 75.233 indivíduos, que após os procedimentos de filtragem para atender os objetivos propostos chegou-se a uma amostra de 20.256 indivíduos, conforme tabela abaixo.

Conforme os dados da PED para o ano em análise, os assalariados com carteira são maioria da força de trabalho da RMS (53,3%). Em seguida destacam-se os trabalhadores

autônomos (31,2%), sendo que 5,2% deles prestam serviços às empresas e 26,0% ao público. Os assalariados sem registro em carteira apresentam uma participação relativa de 15,5%.

**Tabela 1 – TRABALHADORES POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO**

Posição na ocupação	Frequência	Percentual	Perc válido	Acumulado
Assalariado com carteira	10.796	53,3	53,3	53,3
Assalariado sem carteira	3.148	15,5	15,5	68,8
Autônomo ao público	5.265	26,0	26,0	94,8
Autônomo a empresas	1.047	5,2	5,2	100,0
Total	20.256	100,0	100,0	

Fonte: Cálculos realizados com dados da PED-RMS para o ano de 2005.

A Tabela 2 deve analisada partindo da coluna para a linha, ou seja, da posição na ocupação para os atributos pessoais dos trabalhadores. Uma inspeção dessa tabela permite dizer que dentre os autônomos existe uma presença relativa mais marcante para os trabalhadores na faixa etária de 26 a 50 anos (65,2%), uma proporção bastante similar à do conjunto dos trabalhadores (64,4%). O mesmo acontece para os assalariados com registro em carteira de trabalho e mesmo para o sem carteira. Entretanto, os autônomos são relativamente mais presentes na faixa de idade superior a 50 anos (18,0%), esses trabalhadores apresentam praticamente o dobro do peso relativo quando comparados com o conjunto dos trabalhadores da mesma faixa etária (9,9%), além do mais os autônomos que compõem essa faixa de idade são mais representativos que os assalariados com e sem carteira, cujos pesos relativos são respectivamente 6,3% e 6,2%.

Segundo o gênero das pessoas tem-se que os homens são mais presentes que as mulheres em todas as posições na ocupação. Muito embora a mulher autônoma (41,3%) apresente um peso relativo similar ao da mulher sem carteira (41,2%), percebe-se que em ambos os casos elas aparecem relativamente mais presentes no trabalho autônomo que como assalariadas com registro em carteira de trabalho (36,8%). Verificando a composição da ocupação da RMS em termos da cor das pessoas, pode-se verificar que em todas as posições ocupacionais os negros aparecem como relativamente mais representativos. Isso naturalmente decorre do peso relativo maior do negro na população da RMS. Mesmo assim se podem tirar algumas conclusões quando comparados esses percentuais com a média para o conjunto dos ocupados (86,5%), tem-se assim que os negros autônomos são sobre-representados (88,3%), enquanto os negros assalariados com carteira são levemente sub-representados (85,0%).

Em termos de posição na família, tem-se que os autônomos são relativamente mais numerosos quando na condição de chefe de família, enquanto os assalariados sem carteira apresentam um peso relativo mais elevado quando na condição de não chefe de família. Os assalariados com registro em carteira apresentam-se com pesos bastante similares quando chefes de família ou não. Uma inspeção da condição da escolaridade dos ocupados da RMS permite dizer que os trabalhadores autônomos são relativamente mais presentes nas três faixas inferiores de escolaridade, quando eles aparecem como sub-representados nas faixas de escolaridade com secundário completo e superior incompleto e mesmo na faixa com escolaridade de nível superior.

Interessante notar que os trabalhadores autônomos aparecem com peso relativo mais elevado na faixa de ensino fundamental incompleto (33,9%) e na faixa de ensino secundário completo e superior incompleto (32,7%).

**Tabela 2 – COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO POR POSIÇÃO**

Atributo	Autônomos	C/ carteira	S/ carteira	Total
Faixa de idade				
Entre 18 e 25	16,8	25,1	45,7	25,7
Entre 26 e 50	65,2	68,6	48,1	64,4
Mais de 50	18,0	6,3	6,2	9,9
Gênero				
Mulher	41,3	36,8	41,2	38,9
Homem	58,7	63,2	58,8	61,1
Cor				
Negro	88,3	85,0	86,8	86,5
Branco	11,7	14,7	13,2	13,5
Posição família				
Não chefe	46,8	50,8	66,2	51,9
Chefe	53,2	49,2	33,8	48,1
Faixa de escolaridade				
Analfabeto funcional	10,4	2,6	4,2	5,3
Fundam. incompleto	33,9	16,1	22,5	22,7
Fund comp secund. incomp.	19,5	16,6	19,8	18,0
Secund. comp super incomp.	32,7	54,3	47,6	46,6
Superior completo	3,4	10,4	5,9	7,5
Estabilidade				
Até 5 anos	50,4	66,9	81,4	62,6
Mais de 5 anos	49,6	33,1	18,6	37,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cálculos realizados com dados da PED-RMS para o ano de 2005.

Dentre os trabalhadores autônomos apenas 3,4% possuem o nível universitário, para uma média de 7,5% nessa mesma condição para o conjunto dos ocupados da RMS, ou seja, o nível superior aparece relativamente mais entre os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada (10,4%). Em termos de estabilidade (medida em anos na mesma ocupação) pode-se perceber que a proporção de trabalhadores autônomos há mais de cinco anos em atividade é mais elevada que para os assalariados com e sem carteira. Quase metade dos autônomos (49,6%) encontra-se como autônomos há mais de cinco anos, quando essas proporções são de 33,1% e 18,6% respectivamente para trabalhadores assalariados com e sem registro em carteira de trabalho.

A Tabela 3 mostra os percentuais de trabalhadores segundo as posições na ocupação por faixas de rendimentos e de horas de trabalho por mês. Uma inspeção dessa tabela permite a

constatação de que os trabalhadores autônomos são mais presentes na faixa inferior de rendimentos (até R\$ 300), ou seja, 48,0% dos autônomos encontram-se nessa faixa. Trata-se de um percentual elevado, sobretudo quando comparado ao percentual do conjunto dos trabalhadores (24,0%). Nessa mesma faixa de rendimentos estão apenas 6,0% dos assalariados com carteira assinada e 38,0% de assalariados sem registro em carteira. Por outro lado, tem-se que 24,0% dos autônomos recebem rendimentos acima de R\$ 600 por mês, quando esse percentual é de 40,0% para os assalariados com carteira e de apenas 16,0% para os sem carteira. A faixa intermediária, com rendimentos entre R\$ 301 e R\$ 600, é composta em 28,0% de autônomos, 54,0% de trabalhadores com carteira e 46,0% de assalariados sem carteira. Vale ressaltar que o percentual médio para o conjunto dos ocupados da RMS nessa faixa de rendimento é de 45,0%, de maneira que fica evidenciada a fraca participação dos autônomos nessa faixa de rendimentos.

**Tabela 3 – FAIXAS DE RENDIMENTO E JORNADA MÉDIA DE TRABALHO POR MÊS**

Faixas	Autônomo	C/ carteira	S/ carteira	Total
Rendimento por mês				
Até R\$ 300	0,48	0,06	0,38	0,24
Entre R\$ 301 e R\$ 600	0,28	0,54	0,46	0,45
Acima de R\$ 600	0,24	0,40	0,16	0,32
Jornada média por mês				
Até 198 horas	0,53	0,57	0,59	0,56
Mais de 198 horas	0,47	0,43	0,41	0,44

Fonte: Cálculos realizados com dados da PED-RMS para o ano de 2005.

Ainda com o auxílio da Tabela 3, pode-se apontar que os trabalhadores com jornada superior à legal são compostos de 33,0% de autônomos, 52,0% de assalariados com carteira e 15,0% de assalariados sem carteira. Mas ao se considerar a posição de autônomo, percebe-se que 47,0% deles trabalham mais que a jornada legal de trabalho. Naturalmente que esse elevado percentual decorre da própria natureza do trabalho autônomo, em que a iniciativa própria conta muito para que se possa obter um rendimento mais elevado. Entre os assalariados com carteira assinada, o percentual de trabalho acima da jornada legal é de 43,0% e entre os assalariados sem registro em carteira esse percentual é de 41,0%.

A Tabela 4 permite uma visualização dos rendimentos médios por posição na ocupação e por gênero. Os rendimentos dos autônomos se apresentam bastante segmentados pela forma de inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. Assim é que se pode perceber que quando eles têm suas atividades voltadas a empresas, acabam obtendo remunerações similares às dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada. Isso acontece tanto para os homens quanto para as mulheres, muito embora a variabilidade desses rendimentos seja mais elevada para os autônomos.

**Tabela 4 – RENDIMENTO MÉDIO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E GÊNERO**

Posição na ocupação	Mulher	DP	Homem	DP
Assalariado c/ carteira	687	727	885	1.328
Assalariado s/ carteira	354	419	479	711
Autônomos ao público	293	404	531	720
Autônomos à empresa	627	1.290	948	1.485

Fonte: Cálculos realizados com dados da PED-RMS para o ano de 2005.

Por outro lado, quando se trata de atividades voltadas ao público em geral, os autônomos dispõem de rendimentos mais elevados que os dos trabalhadores assalariados sem carteira quando homens e menos elevados inferiores quando mulheres.

Com o auxílio da Tabela 5 pode-se concluir que a grande maioria dos trabalhadores autônomos da RMS encontra-se inserida no setor de serviços (58,3%), seguindo-se o comércio (20,2%) e a indústria (13,6%). Em um segundo plano aparece a construção civil (6,6%) e a agricultura (1,4%).

**Tabela 5 - TRABALHADORES AUTÔNOMOS POR SETORES DE ATIVIDADE**

Freqüência	Percentual	Perc. Válido	Perc. Cumulativo
Agricultura	1,3	1,4	1,4
Indústria	13,5	13,6	14,9
Const. Civil	6,5	6,6	21,5
Comércio	20,1	20,2	41,7
Serviços	57,9	58,3	100,0
Total	99,3	100,0	

Fonte: Cálculos realizados com dados da PED-RMS para o ano de 2005.

Pode-se ainda informar que o trabalhador autônomo da RMS, núcleo da análise deste trabalho, participa de forma diminuta como contribuinte da previdência social. Este fato constitui um dos principais elementos da deterioração das suas condições de ocupação, já bastante precárias no mercado de trabalho da RMS. Apenas 10,0% dos autônomos com atividades voltadas ao público em geral e 19,0% dos autônomos com atividades em empresas contribuem para a previdência social. Esse percentual é ainda menor para os assalariados sem carteira de trabalho (5,0%). Esses baixos percentuais naturalmente aumentam a instabilidade própria da atividade do trabalho autônomo, em decorrência da exclusão de direitos desses trabalhadores, tais como a possibilidade de aposentadoria e/ou obtenção do seguro desemprego.

### 3. DETERMINANTES DA RENDA DOS AUTÔNOMOS

Esta parte do trabalho objetiva uma quantificação dos determinantes dos rendimentos dos trabalhadores autônomos da RMS. Com essa estimativa, pode-se analisar os principais aspectos que contribuem na formação dos rendimentos desses trabalhadores. Para tanto, levou-se em

consideração as variáveis independentes disponíveis e normalmente utilizadas na literatura, tal como segue na relação abaixo.

**Idade:** Variável contínua que representa a idade dos indivíduos. Espera-se um sinal positivo para este coeficiente, uma vez que a experiência profissional se consolida com o avançar da idade do indivíduo. Presume-se, portanto, que quanto maior experiência, maior também será o rendimento do trabalhador.

**Escolaridade:** Variável contínua medida em anos completos de estudo e representando a escolaridade do indivíduo. Espera-se um sinal positivo para o coeficiente desta variável, tendo em vista que o rendimento auferido pelo indivíduo normalmente deve aumentar com a escolaridade.

**Estabilidade:** Variável contínua medida em anos, representando o tempo que o trabalhador encontra-se na mesma ocupação. Também é esperado um sinal positivo para esta variável, vez que esse tempo de ocupação parece exercer um efeito similar ao da experiência profissional. A adaptação do indivíduo ao trabalho ao longo do tempo permite maior desenvoltura no desempenho das tarefas de forma a garantir, ao menos, a manutenção dos rendimentos.

**Horas de trabalho no mês:** Variável contínua medida em número de horas mensalmente trabalhadas. Espera-se um sinal positivo para esta variável. Isso porque quanto maior o tempo despendido em uma atividade maior deverá ser o rendimento auferido.

**Sexo:** Variável binária que representa as seguintes situações: Mulher=0 e Homem=1. Em média o homem recebe maiores rendimentos que a mulher.

**Posição na família:** Variável binária representando as seguintes situações: Não-chefe = 0 e Chefe = 1. Em média, espera-se que os rendimentos do chefe sejam mais elevados que os dos demais membros da família.

**Cor:** Variável binária representando as seguintes situações: Negro=0 e Branco=1. Em média, espera-se que os brancos recebam rendimentos mais elevados que os negros.

A partir dessas variáveis, o modelo econométrico ajustado é dado pela seguinte forma:

$$\ln Y = \alpha + \beta_1.Id + \beta_2.Esc + \beta_3.Estab + \beta_4.HorMes + \beta_5.Sexo + \beta_6.PosFam + \beta_7.Cor + u_i \quad (1)$$

onde,  $\alpha$  e  $\beta_i$  são parâmetros a serem estimados,  $\ln Y$  representa o logaritmo neperiano da renda real dos autônomos e  $u_i$  é o componente estocástico do modelo.

Todos os coeficientes da regressão de rendimentos, contidos na Tabela 6, apresentaram significância estatística. Isso aconteceu após a exclusão da variável experiência que não apresentou significância estatística relevante. Foram também excluídas do modelo as variáveis quadráticas da idade, escolaridade e estabilidade, pois também não apresentaram significância estatística. O  $R^2$ , que fornece a proporção da variação total das variáveis independentes sobre a variável dependente, alcançou um valor de 0,35. Esse valor foi considerado relevante, sobretudo por se tratar de uma análise com corte transversal. Verifica-se, assim que os principais fatores determinantes da renda dos trabalhadores autônomos são: idade, escolaridade, estabilidade, horas trabalhadas ao mês, sexo, posição na família e cor do indivíduo.

O nível de escolaridade de uma pessoa é um fator importante na determinação de sua produtividade. A relação positiva entre escolaridade e rendimentos é uma das relações empíricas mais bem esclarecidas na literatura da economia do trabalho. A hipótese mais freqüente para essa relação decorre do fato de a escolaridade alterar a capacidade produtiva do trabalhador, aumentando a eficiência de suas atividades ou mesmo permitindo escolhas ocupacionais mais valorizadas no mercado. Segundo a estatística t, a escolaridade foi considerada a principal variável na determinação dos rendimentos dos trabalhadores autônomos da RMS. O coeficiente positivo dessa variável reforça a hipótese prevista de que seus efeitos contribuem para o incremento do nível de rendimento desses trabalhadores. Fica estimado empiricamente que um ano adicional de escolaridade tende a aumentar o rendimento do trabalhador autônomo em 58,9%.

A segunda variável mais importante do modelo foi o número de horas trabalhadas no mês. Essa variável relaciona positivamente o tempo dedicado ao trabalho com o rendimento dos trabalhadores autônomos. Assim, estimou-se que para cada hora adicional trabalhada implica um aumento médio mensal de 43,2% no rendimento do trabalhador autônomo da RMS. Na seqüência em termos de importância, ainda segundo a estatística t, tem-se a variável sexo dos trabalhadores autônomos. As estimativas permitem dizer que os autônomos homens recebem, em média, rendimentos do trabalho 55,8% a mais que os das mulheres autônomas. É possível que os diferenciais de escolaridade entre os sexos dos autônomos da RMS estejam atrás desse resultado, mas não se pode esquecer que, em média a mulher possui uma escolaridade mais elevada que o homem, fato esse que pode descartar o diferencial de rendimento proveniente de uma desigualdade na distribuição da escolaridade entre os sexos. No entanto, não se pode deixar de perceber que esse mesmo resultado pode estar camuflando uma forte discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho da RMS, discriminação essa também presente entre os trabalhadores autônomos.

**Tabela 6 - COEFICIENTES ESTIMADOS DA EQUAÇÃO DE RENDIMENTOS**

Variáveis	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	Estatística t	Significância
	B	Erro Padrão	Beta		
Constante	0,469	0,193		2,425	0,015
Idade	0,389	0,048	0,112	8,147	0,000
Escola	0,589	0,023	0,312	25,780	0,000
Estabilidade	0,088	0,008	0,132	10,598	0,000
HoraMes	0,432	0,018	0,291	23,440	0,000
Sexo	0,558	0,031	0,249	18,248	0,000
PosFamilia	0,123	0,032	0,055	3,872	0,000
Cor	0,364	0,041	0,107	8,857	0,000

Fonte: Cálculos realizados com dados da PED-RMS para o ano de 2005.

A estabilidade permite que o indivíduo aprimore o desempenho em atividades laborais como forma de garantir uma maior probabilidade de sucesso em sua carreira profissional. Esta situação reforça a hipótese de que o tempo que um trabalhador leva em uma mesma ocupação se

relaciona diretamente com o nível de rendimento auferido. Esta relação positiva não aparece apenas entre os trabalhadores autônomos, mas está presente em todos os segmentos do mercado de trabalho. Dessa forma, espera-se que o tempo que o trabalhador autônomo se encontra na condição de autônomo acabe por impulsionar positivamente seu rendimento. Para os autônomos da RMS, a relação entre estabilidade e rendimento ficou comprovada. Assim, para cada ano a mais que o autônomo se mantém em sua atividade tende a aumentar seu rendimento em uma média de 8,8%. A cor dos trabalhadores foi a quinta variável em importância, para determinação dos rendimentos dos trabalhadores autônomos da RMS. Os autônomos brancos auferem rendimentos superiores aos dos autônomos negros. Em média, o diferencial foi estimado em 36,4% em favor dos autônomos de cor branca. A análise dessa variável merece certo cuidado, pois é sabido que os níveis de escolaridade são distintos esses brancos e negros, bem como é notória a presença de discriminação contra os negros. Nesse caso, tem-se desigualdade da distribuição da escolaridade e discriminação como fatores que impulsionam os diferenciais de rendimentos entre brancos e negros no trabalho autônomo da RMS.

A idade é uma proxy da experiência dos indivíduos, de maneira que, normalmente, essa variável se relaciona positivamente com o nível de renda do trabalhador. Essa relação ficou evidenciada para os autônomos da RMS, ainda que em menor magnitude quando comparada à da variável escolaridade. Em média, os trabalhadores autônomos da RMS recebem 38,9% a mais, para cada ano de sua existência. Por fim, observa-se que os autônomos chefes de família recebem, em média, 12,3% a mais do que os não-chefes. Esse resultado pode ser proveniente de uma atitude mais agressiva do chefe de família na captação de seu rendimento, naturalmente porque ele sabe de suas responsabilidades familiares.

#### **4. UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AUTÔNOMOS E ASSALARIADOS**

Esta parte do trabalho objetiva uma avaliação da probabilidade de mobilidade entre as posições na ocupação dos trabalhadores no mercado de trabalho da RMS. Para tanto, serão analisados os efeitos de algumas variáveis sobre a probabilidade de um trabalhador autônomo vir a ser um assalariado com ou sem carteira. O procedimento metodológico utilizou uma regressão logit multinomial, que permite um tratamento econométrico capaz de controlar os efeitos das variáveis consideradas e disponíveis. A regressão logit multinomial é aplicável quando a variável dependente é politômica, ou seja, a variável dependente contém mais de duas categorias.

##### **4.1. Modelo de Regressão Logit Multinomial**

Segundo Greene (1997), a regressão logit é apropriada para análises de experimentos que apresentam decisões de escolha qualitativa. O interesse principal desse tipo de modelo é a descrição da relação entre uma variável dependente indicadora de uma escolha discreta e o conjunto de variáveis atributos de escolha. Assim, esse tipo de modelo busca uma especificação entre uma variável dependente qualitativa e os valores das variáveis explanatórias. No entanto, a estimativa desse modelo, diferentemente do modelo linear, requer uma adequação de uma regressão logística, em geral feita pelo método de máxima verossimilhança.

A principal diferença entre o modelo de regressão logit e a regressão linear diz respeito à natureza da relação entre a variável de resposta e as variáveis independentes. Os valores estimados equivalem, em qualquer modelo, ao valor médio das variáveis de resposta dados os valores das variáveis independentes. Esses valores são denominados de média condicional expressa por  $E(Y|x)$ . No modelo de regressão linear temos o intervalo  $-\infty < E(Y|x) < +\infty$ ; enquanto que no modelo de regressão logit esse intervalo assume os valores  $0 \leq E(Y|x) \leq 1$ , considerando que a variável dependente é binária. A regressão logit multinomial é uma extensão da regressão logit binária, mas leva em consideração mais de duas possibilidades de escolha na variável dependente, para os mesmos atributos de escolha.

Krishnapuram e Carim (2005) adotaram uma técnica específica para representar o vetor  $y = [y^1, y^2, \dots, y^m]^T$ , tal que,  $y^{(i)} = 1$  se  $x$  corresponde a um atributo pertencente à classe  $i$  e  $y^{(i)} = 0$  se ocorrer de outra forma. As amostras podem ser rerepresentadas na forma  $D = \{(x_1, y_1), \dots, (x_n, y_n)\}$ . No modelo de regressão logit multinomial a probabilidade de  $x$  pertencer à classe  $i$  é dada por:

$$P(y^{(i)} = 1|x, w) = \frac{\exp(w^{(i)T} x)}{\sum_{j=1}^m \exp(w^{(j)T} x)} \quad (2)$$

em que  $i \in \{1, \dots, m\}$  onde  $w^{(i)}$  é o peso do vetor correspondente a classe  $i$  e o sobrescrito  $T$  denota o vetor / matriz transposta.

Para problemas binários ( $m = 2$ ), o modelo é conhecido como regressão logística binomial. Para ( $m > 2$ ), esse modelo é denominado de regressão logit multinomial. De acordo Andersen (1996), no modelo de regressão logit multinomial as variáveis dependentes aleatórias assumem os valores  $Y_i = (Y_{i1}, \dots, Y_{ij}, \dots, Y_{iJ})$  com  $J$  categoria de resposta, relativas ao número de respostas nas  $J$  categorias de um conjunto  $m_i$  itens, com distribuição  $Multin(m_i, \pi_{ij})$ , sendo  $\pi_{ij}$  a probabilidade de resposta na categoria  $j$ , com  $j = (1, \dots, J)$ . Nesse modelo, a média e a estrutura de covariância de  $Y_i$  são dadas por:

$$E(Y_{ij}) = m_i \pi_{ij} \quad (3)$$

$$Var(Y_{ij}) = m_i \pi_{ij} (1 - \pi_{ij}) \quad (4)$$

$$Cov(Y_{ij}, Y_{ij}) = -m_i \pi_{ij} \pi_{ij} \quad (5)$$

Na modelagem das proporções esperadas  $\pi_{ij}$  é uma categoria tomada como referência. Suponha que esta categoria seja a última, ou seja, a  $J$ -ésima categoria. Então os logits para as demais categorias são definidos por:

$$\eta_{ij} = \log\left(\frac{\pi_{ij}}{\pi_{iJ}}\right) = \beta_{0j} + \beta_{1j}x_{1ij} + \beta_{2j}x_{2ij} + \dots + \beta_{kj}x_{kij} \quad (6)$$

para  $i = 1, 2, \dots, I$  e  $j = 1, 2, \dots, J-1$ .

Uma maneira de estimar a probabilidade de um indivíduo pertencer a uma determinada categoria no mercado de trabalho, na condição de autônomo, assalariado com carteira assinada ou sem carteira, requer o controle de suas características pessoais. Pode-se então estimar a influência dessas características sobre as probabilidades de um determinado indivíduo pertencer a ao grupo de trabalhadores autônomos, de assalariados com carteira assinada ou de sem carteira assinada. Estas probabilidades são descritas abaixo:

$$P_n = \frac{1}{1 + \sum_{j=n,i} e^{(\beta_j x)}} \quad (7)$$

onde:  $P_n$  é a probabilidade de ser autônomo; ser assalariado com carteira assinada ou ser assalariado sem carteira assinada.

#### 4.2. Variáveis e Resultados das Estimativas da Regressão

Com as informações da PED-RMS referentes ao ano de 2005, selecionou-se um conjunto pertinente de variáveis para estimação do modelo econométrico. Foram então consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

**Idade (Id):** Variável contínua que representa a idade dos indivíduos. Quando se compara o autônomo com o assalariado com carteira, espera-se um sinal negativo para o coeficiente dessa variável; isso porque com a idade mais avançada o trabalhador autônomo tem menores chances de conseguir um emprego como assalariado com carteira. O mesmo raciocínio ocorre quando se compara o trabalhador autônomo com trabalhador sem carteira assinada; de maneira que também nesse caso o sinal esperado é negativo para esse coeficiente, pois o avanço da idade também dificulta uma inserção como assalariado sem carteira assinada.

**Escolaridade (Esc):** Variável contínua que representa a escolaridade do indivíduo em anos de estudos completos. Espera-se um sinal positivo esse coeficiente quando se relaciona o autônomo e a probabilidade dele vir a ser um trabalhador assalariado com carteira. Isso porque quanto mais elevado o nível de escolaridade do trabalhador autônomo, maior a chance dele conseguir um emprego com carteira assinada. Pela mesma razão, também se espera um sinal positivo quando o autônomo é posto em relação ao trabalhador sem carteira. Assim, quanto mais elevado o nível de escolaridade do autônomo maior a probabilidade dele permanecer vir a ser um assalariado sem registro.

**Estabilidade (Estab):** Variável contínua medida em anos que representa o tempo que o trabalhador se encontra na mesma ocupação. Espera-se um sinal negativo para o coeficiente dessa variável quando se relaciona o trabalhador autônomo com o trabalhador com carteira assinada; isso porque quanto maior a estabilidade do autônomo, menores são as chances dele procurar um emprego assalariado com carteira. Também se espera um sinal também negativo quando se associa o trabalhador autônomo com a probabilidade de ele vir a ser um assalariado sem carteira. Esses sinais, analisados intuitivamente sugerem que a estabilidade é um fator que não estimula a mudança de emprego do indivíduo.

**Horas de trabalho no mês (HorMes):** Variável contínua medida em número de horas de trabalho no mês. Espera-se um sinal positivo para o coeficiente dessa variável quando se relaciona o trabalhador autônomo com o trabalhador com carteira assinada; isso porque quanto maior o número de horas trabalhadas pelo autônomo, maiores são as chances dele ir em busca de trabalho com carteira assinada. Espera-se também um sinal positivo para o autônomo em relação ao trabalhador sem carteira assinada, visto que a jornada excessiva do trabalhador autônomo pode motivar seu deslocamento para o segmento de assalariados sem carteira.

**Sexo:** Variável binária representando as seguintes situações: Mulher = 0 e Homem = 1.

**Posição na família (PosFam):** Variável binária que define as seguintes situações: Não-chefe de família=0 e Chefe=1.

O modelo ajustado a ser estimado apresenta a seguinte característica:

$$g(x) = \alpha + \beta_1.Id + \beta_2.Esc + \beta_3.Estab + \beta_4.HorMes + \mu.Sexo + \lambda PosFam + u_i \quad (8)$$

onde os símbolos  $\mu, \lambda$  representam vetores de coeficientes para o conjunto de variáveis binárias para sexo e posição ocupada na família e  $\alpha, \beta$  os vetores de coeficientes para as variáveis explicativas e  $u_i$  representa o termo aleatório.

Os testes das razões das chances (*oddes ratio*) aparecem na Tabela 7. Foram testadas algumas variáveis, a priori, mas os resultados não foram significativos. As variáveis que apresentaram  $p$ -valor  $> 0,05$  foram as seguintes: Outras rendas, Renda real do trabalho principal, Renda real do trabalho secundário, Cor do indivíduo, Posição da família, sendo que, esta variável após a desagregação em Chefe e Não chefe de família não apresentou resultado relevante. As variáveis estatisticamente significativas (com  $p$ -valor  $< 0,05$ ) foram: Idade, Escolaridade, Estabilidade, Horas de trabalho no mês, Sexo e Posição na família.

**Tabela 7 - RAZÕES DAS CHANCES E SIGNIFICÂNCIA DAS VARIÁVEIS**

Variáveis	Modelo	Testes razões das chances		
	Modelo reduzido	Qui-quadrado	gl	Significância
Intercepto	34757,28	0,00	0	
Idade	35111,20	353,91	2	0,00
Escola	36335,12	1577,84	2	0,00
Estabilidade	35588,57	831,29	2	0,00
HorMes	34898,19	140,90	2	0,00
Sexo	34810,06	52,78	2	0,00
PosFam	34851,82	94,54	2	0,00

Fonte: Cálculos realizados com dados da PED-RMS para o ano de 2005.

Na tabela 8 são apresentados os resultados da estimação da regressão logit multinomial. Os coeficientes estimados, apesar de não descreverem os efeitos marginais<sup>3</sup>, refletem o impacto de mudanças no vetor das variáveis independentes sobre as probabilidades do trabalhador autônomo tornar-se um assalariado com ou sem registro em carteira de trabalho. Os sinais dos coeficientes indicam se o trabalhador, ao possuir uma característica individual específica, tem a probabilidade de enquadrar-se num determinado segmento do mercado de trabalho. O sinal positivo da variável indica aumento desta probabilidade e o sinal negativo indica uma redução da mesma em relação à classe de referência que é o trabalhador autônomo.

---

<sup>3</sup> Variações percentuais da probabilidade do evento ocorrer quando uma determinada variável independente é modificada. Os dados analisados se referem apenas ao ano de 2005, portanto, os efeitos marginais não podem ser calculados devido à ausência de outra série temporal.

**Tabela 8 – PARÂMETROS ESTIMADOS**

Dependente <sup>a</sup>	B	Erro Padrão	Wald	gl	Signif.	Exp(B)	95% Intervalo Confiança	
							Exp(B)	Lim inferior
Assa c/carteira								
Intercepto	-0,110	0,098	1,247	1	0,264			
Idade	-0,031	0,002	268,094	1	0,000	0,956	0,966	0,973
Escola	0,191	0,005	1420,680	1	0,000	1,210	1,198	1,222
Estab	-0,029	0,003	101,088	1	0,000	0,971	0,966	0,977
HorMes	0,003	0,000	139,243	1	0,000	1,003	1,002	1,003
[Sexo=0]	-0,291	0,040	52,296	1	0,000	0,748	0,691	0,809
[Sexo=1]	0 <sup>b</sup>	-	-	0	-	-	-	-
[PosFam=0]	-0,316	0,042	55,855	1	0,000	0,729	0,671	0,792
[PosFam=1]	0 <sup>b</sup>	-	-	0	-	-	-	-
Assa s/carteira								
Intercepto	0,115	0,138	0,702	1	0,402			
Idade	-0,041	0,003	230,092	1	0,000	0,960	0,954	0,965
Escola	0,106	0,007	226,788	1	0,000	1,112	1,097	1,127
Estab	-0,197	0,008	537,201	1	0,000	0,821	0,808	0,835
HorMes	0,002	0,000	33,834	1	0,000	1,002	1,001	1,003
[Sexo=0]	-0,171	0,053	10,318	1	0,001	0,843	0,759	0,936
[Sexo=1]	0 <sup>b</sup>	-	-	0	-	-	-	-
[PosFam=0]	0,095	0,058	2,691	1	0,101	1,099	0,982	1,231
[PosFam=1]	0 <sup>b</sup>	-	-	0	-	-	-	-

1 Categoria de referência: Autônomo.  
Este parâmetro é o conjunto de zeros.

#### Autônomos versus assalariados com carteira

A escolaridade e o número de horas trabalhadas durante o mês aumentam as chances de o indivíduo vir a ser um trabalhador assalariado com carteira. Fato esse que corrobora as previsões dos sinais. As razões das probabilidades para essas variáveis quantificam estas chances. Assim, o nível de escolaridade do trabalhador autônomo aumenta em 21% as chances de ele vir a ser um assalariado com carteira. É interessante lembrar que, pelo critério da estatística de Wald, a escolaridade representa o principal determinante para a passagem de um trabalhador autônomo para a condição de assalariado com registro em carteira de trabalho.

O número de horas trabalhadas no mês também aumenta essas chances, muito embora em proporções reduzidas, no equivalente a 0,3%. A quantidade de horas trabalhadas no mês constitui o terceiro fator que, segundo o critério da estatística de Wald, explica a possível passagem de um autônomo à condição de assalariado com registro em carteira de trabalho.

Como pode ser observado, a idade, estabilidade, sexo e posição na família são variáveis que impactam de forma negativa na probabilidade de um trabalhador autônomo da RMS vir a ser um assalariado com carteira. Pelo critério da estatística de Wald, a idade constitui o segundo fator

que possibilita a passagem de um autônomo para a posição de ocupado como assalariado com carteira de trabalho assinada.

Com o avanço da idade do autônomo reduzem-se as chances de ele vir a ser um assalariado com carteira; de maneira que para cada ano a mais em sua idade, a estimativa dessa probabilidade se reduz em 3,1%. Testes empíricos comprovam que, a idade do indivíduo é um fator determinante para o ingresso no mercado de trabalho como assalariado. Isso porque aqueles que possuem uma idade mais avançada acabam por encontrar maiores dificuldades de inserção na condição de assalariado. Com respeito a essa variável, os resultados encontrados corroboram com os alcançados por Lin; Picot; Yates (1999). Esses autores analisaram as transições do trabalho por conta-própria no Canadá, utilizando dados do *Survey of Labour and Income Dynamics* (SLID) referentes aos anos de 1993 e 1994. Foram testados os efeitos da idade, da educação e das experiências anteriores como conta-própria, esperando que essas variáveis tivessem efeito positivo sobre a probabilidade de as pessoas se auto-ocuparem. Essa expectativa de resultado decorre da crença de que as pessoas com maior capital humano tendem a ser mais bem sucedidas a ponto preferir a auto-ocupação que o trabalho assalariado. Entretanto, esses autores concluíram que a idade exerce um efeito negativo e significativo sobre a probabilidade de entrada no trabalho autônomo.

Seguindo o mesmo sentido da idade, para cada ano a mais que um trabalhador autônomo permanece em sua ocupação haverá uma redução média de 2,9% na probabilidade de ele vir a ser um assalariado com carteira.

As mulheres autônomas têm menores chances de vir a ser uma assalariada com carteira que os homens autônomos. A probabilidade de a trabalhadora autônoma do sexo feminino vir a ser uma assalariada com carteira fica reduzida em 25,2%, em relação aos trabalhadores autônomos do sexo masculino. Quanto à posição na família, tem-se que o não-chefe de família autônomo tem menores chances de inserção no mercado de trabalho como assalariado com carteira, em relação aos chefes de família. A probabilidade de o não chefe de família vir a ser um assalariado com carteira é 27,1%, em relação às chances de um chefe de família vir a ser um assalariado com carteira.

#### Autônomos versus assalariado sem carteira

Tendências similares foram verificadas na análise dos efeitos das variáveis explanatórias dos trabalhadores autônomos da RMS virem a ser assalariados sem carteira de trabalho. Os parâmetros que apresentaram sinais positivos foram: escolaridade e horas de trabalho no mês, a condição de não-chefe de família a condição de não-chefe de família apresentaram sinais negativos; enquanto a idade, a estabilidade o sexo feminino a condição de não-chefe de família apresentaram sinais negativos.

O aumento da escolaridade do trabalhador autônomo aumenta a chance de ele vir a ser um assalariado sem carteira, ou seja, um ano a mais na escolaridade do trabalhador autônomo aumenta de 11,2% a probabilidade de ele vir a ser um trabalhador sem carteira. Pela estatística de Wald, o nível de escolaridade do trabalhador autônomo constitui o terceiro fator que influencia a probabilidade de um autônomo vir a ser um assalariado sem carteira de trabalho assinada.

Um maior número de horas trabalhadas no mês também impacta positivamente sobre as chances de um trabalhador autônomo vir a ser um assalariado sem carteira. Assim, para cada hora adicional de trabalho mensal que o autônomo dedica à execução de suas atividades laborais aumenta em 0,01% as chances de ele vir a ser um assalariado sem carteira. Da mesma forma, a condição do indivíduo ser não chefe de família aumenta as chances de ele vir a ser um assalariado sem registro em carteira em 9,9% em termos comparativos ao chefe de família.

O avanço da idade do autônomo reduz sua chance de ele vir a ser um assalariado sem carteira. Para cada ano a mais na idade desse trabalhador há uma diminuição de 4,0% na probabilidade de ele vir a ser um assalariado sem carteira. A idade é o segundo fator mais importante que, segundo a estatística de Wald, explica a probabilidade de um autônomo vir a ser um assalariado sem carteira de trabalho na RMS.

A estabilidade, tempo dedicado à ocupação de autônomo, também reduz a probabilidade de esse trabalhador vir a ser um assalariado sem carteira. A diminuição dessa probabilidade é de 17,9% para cada ano suplementar dedicado à ocupação de autônomo. Essa relação inversa pode ser atribuída ao fato de que o autônomo que se encontra há muito tempo em uma determinada atividade, tem dificultada sua inserção em outra modalidade ocupacional. Essa é a principal variável que, segundo o critério da estatística de Wald, explica a possibilidade de passagem de um trabalhador autônomo para a posição ocupacional de assalariado sem carteira.

O trabalhador autônomo do sexo feminino tem menores chances de vir a ser um assalariado sem carteira que o trabalhador autônomo do sexo masculino. A mulher autônoma tem 15,7% a menos de chance que o autônomo homem, para que possa vir a ser uma assalariada sem carteira. Assim, a condição de ser mulher no trabalho autônomo impacta negativamente sobre probabilidade de ela vir a ser um assalariado sem carteira, de maneira que a mulher autônoma tem menores chances que os homens para vir a ser um assalariado sem carteira. Esse resultado pode contribuir para sustentar a hipótese de discriminação contra a mulher no mercado de trabalho, podendo essa discriminação estar também presente no trabalho dos autônomos.

O trabalhador autônomo classificado como não-chefe de família tem maior chance de vir a ser um assalariado sem carteira, em relação ao chefe de família. O autônomo não chefe de família apresenta uma probabilidade 9,8% mais elevada que o chefe de família, para tornar-se um assalariado sem registro em carteira.

## **5. SINTENSE PARA UMA CONCLUSÃO**

O trabalhador autônomo da RMS tem um perfil relativamente jovem, 65,2% deles tem idade entre 26 e 50 anos. É mais homem (58,7%) que mulher, apesar de o percentual de mulheres não ser desprezível (41,3%). O autônomo é levemente mais composto de negros (88,3%), já que a participação relativa dos negros na ocupação é 85,3%. Segundo a escolaridade, o autônomo da RMS tem um perfil pouco qualificado, pois 43,3% desses trabalhadores têm até o nível fundamental incompleto e apenas 3,4% detêm uma escolaridade de nível superior. 47% desses trabalhadores exercem uma jornada de trabalho mensal acima da jornada legalmente instituída. O trabalhador autônomo da RMS encontra-se basicamente alocado no comércio (20,1%) e no setor

de serviços (57,9%), ou seja, no setor terciário encontram-se 78,0% dos autônomos dessa região metropolitana.

O autônomo da RMS é um trabalhador de baixo rendimento médio, 48% deles recebem até R\$ 300, 76% ganham até R\$ 600 e apenas 24% ganham acima de R\$ 600. Os homens ganham em média mais que as mulheres. Isso ocorre tanto para o autônomo com atividade voltada ao público quanto para aquele com atividade voltada a empresas. O diferencial de rendimentos entre homens e mulheres é mais elevado quando a atividade é voltada ao público (81,0%) que quando é dirigida a empresas (51%). O principal determinante do rendimento do autônomo da RMS é a escolaridade, muito embora a jornada de trabalho mensal muito contribua na formação desse rendimento. Para cada ponto percentual de rendimento a escolaridade contribui com 0,58% e a jornada mensal de trabalho com 0,43%.

A principal contribuição desse trabalho foi proporcionar uma avaliação da probabilidade de mobilidade dos trabalhadores autônomos da RMS em direção ao segmento constituído de trabalhadores assalariados com ou sem registro em carteira de trabalho. Constatou-se que, a escolaridade é o principal fator determinante da inserção do trabalhador nos três segmentos de mercado de trabalho analisados. As estimativas sugerem que o incremento do nível de escolaridade do autônomo aumenta em 21,0% sua probabilidade de inserção no mercado de trabalho como assalariado com carteira. Esse percentual foi de 11,2% quando comparado com o assalariado sem carteira.

Além da escolaridade, o número de horas trabalhadas no mês aumenta em apenas 0,3% a probabilidades do autônomo vir a ser um assalariado com carteira e em 0,2% dele vir a ser um assalariado sem carteira. A estabilidade contribui com as probabilidades de 2,9% no setor assalariado com carteira e 17,9% no setor assalariado sem carteira. Denota-se que, a falta de estabilidade do trabalhador autônomo possibilita maiores chances de alocação desta mão-de-obra no setor assalariado sem carteira.

Por outro lado, algumas variáveis reduzem essas probabilidades. O avanço da idade se mostra como fator impeditivo para que o autônomo venha a ser um assalariado com ou sem carteira de trabalho. A influência negativa dessa variável foi estimada em 3,1% para que o autônomo venha a ser um assalariado com carteira e em 4,1% para que ele venha a ser um assalariado sem carteira. A mulher autônoma, relativamente ao homem na mesma condição, tem menores probabilidades de inserção no mercado de trabalho da RMS como assalariada com carteira, as chances da mulher se reduzem em 25,2%. Já para a mulher autônoma vir a ser uma assalariada sem carteira a probabilidade é menor em 15,7%.

Os resultados empíricos corroboram no sentido de se perceber a existência de uma forte segmentação no mercado de trabalho da RMS. Essa segmentação é caracterizada por uma baixa mobilidade do trabalhador entre os segmentos analisados. Além dessa segmentação, é forte a possibilidade de presença de discriminação nesse mercado de trabalho regional. Essa discriminação fica mais evidente contra a mulher.

O elevado peso dos trabalhadores autônomos no mercado de trabalho da RMS (31,2%), em si mesmo já é um fator de relevância. A inserção contínua e crescente de trabalhadores nesse segmento de mercado de trabalho não se dá apenas nos períodos de recessão econômica, mas

também nos períodos de crescimento econômico. Isso acontece, porque, em muitos casos, a auto-ocupação é considerada uma questão de preferência do trabalhador, em decorrência da existência de algumas vantagens vinculadas a essa forma de inserção. Assim, em virtude da baixa qualificação desse trabalhador autônomo, dificilmente muitos deles conseguiriam melhores rendimentos no mercado de trabalho exercendo uma ocupação assalariada.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, Erling B. *Introduction to the Statistical Analysis of Categorical Data*. Denmark, Copenhagen, 1996.
- BANCHFLOWER, David G. *Self-Employment: More may not be better*. Working paper 10286. <http://www.nber.org/papers/w10286>, 2004.
- BANCHFLOWER, David G; A.J. Oswald (2000), “Is the UK moving up the international wellbeing ranking?” April.
- BLANCHFLOWER, D. G. (2004). *Self-employment in OECD countries*. Working Paper 7486. National Bureau of Economic Research. Cambridge.
- BRYSON, A.; WHITE, M. *From unemployment to self-employment: the consequences of self-employment for the long-term unemployed*. London: PSI, 1997.
- CARDOSO, J; FERNANDES, S. *A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa*. Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, IPEA/MTE, Out. 2000.
- GREENE, W. *Econometric Analysis*. 3rd ed. New Jersey: Prentice Hall, 1997.
- KAROLY, Lynn A. e ZISSIMOPOULOS, Julie. *Self-Employment Trends e Patterns among older U. S. workers*. Working papers, 2003.
- KON, Anita. *Perfil ocupacional dos trabalhadores por conta-própria no Brasil*. São Paulo: PUC-SP, 2002. Texto para discussão n° 5.
- KRISHNAPURAM, B; CARIM, L. *Sparse Multinomial Logistic Regression: Fast Algorithms and Generalization Bounds*. *IEEE Transactions on pattern analysis and machine intelligent*, vol. 27, n°. 6, Junho 2005.
- LIN; PICOT; YATES, J. *The entry and exit dynamics of self-employment in Canada, 1999*. Disponível em: <http://www.ciln.mcmaster.ca/papers/seconf/dynamics.pdf>.
- MARANHÃO, D; CARVALHO, L. I. B. *Direito do Trabalho*, 17a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- NOORDERHAVEN, Niel G. et al. (1999). *Self-employment out of dissatisfaction: an international study*. Tinbergen Institute Discussion Papers, number 99-089/3. 1999.